

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS / UFAL  
INSTITUTO DE COMPUTAÇÃO / IC

Ata da Reunião Plenária Extraordinária do Instituto de Computação da UFAL, realizada em 01 de outubro de 2018.

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, na sala de Reuniões do Instituto de Computação, reuniu-se o Pleno do IC, sob a presidência do Vice-Diretor do IC, Professor Davi Bibiano Brito, com a presença dos professores: Bruno Costa e Silva Nogueira, João Raphael Souza Martins, André Lage Freitas, Rian Gabriel Santos Pinheiro, Almir Pereira Guimarães, Olival de Gusmão Freitas Júnior, Fábio Paraguaçu Duarte da Costa, Aydano Pamponet Machado, Leandro Dias da Silva, Ícaro Bezerra Queiroz de Araújo, Tiago Figueiredo Vieira, Balduino Fonseca dos Santos Neto, Márcio de Medeiros Ribeiro, Thiago Damasceno Cordeiro, Lucas Benevides Viana de Amorim, Alan Pedro da Silva, Xu Yang, Marcelo Costa Oliveira, Petrucio Antônio Medeiros Barros, Fábio Cunha de Albuquerque, Heitor Soares Ramos Filho, André Luiz Lins de Aquino, Rodrigo de Barros Paes, Willy Carvalho Tiengo, Alcino Dall' Igna Júnior, Erick de Andrade Barboza, Ranilson Oscar de Araújo Paiva, Fábio José Coutinho da Silva, Ig Ibert Bittencourt Santana Pinto, Roberta Vilhena Vieira Lopes, dos representantes discentes Jardel Ferreira Costa, Jefersson Ricardo Batista de Lima Santos e dos técnico-administrativos Umberto Pereira de Souza, José Vitor de Menezes Torres e Marcelo de Gusmão, tendo como pauta: 1) Minuta da Resolução de Remoção proposta pela PROGEP; 2) Eleições para o Conselho do IC; 3) Política de Uso dos Espaços Físicos do IC; 4) Licença Capacitação do Professor Leandro Dias da Silva; 5) Informes da Comissão de Pós-Graduação; 6) Solicitação de vaga de Técnico de Laboratório pelo colegiado de Engenharia de Computação e 7) Outros assuntos. Iniciada a Sessão, o Senhor Presidente apresentou alguns informes, justificou o motivo da ausência do Diretor do IC, decorrente da necessidade de representar o Instituto em reunião do Conselho Universitário (CONSUNI). Após esclarecimentos, o Presidente propôs e o Pleno acatou por unanimidade a inversão de pontos da pauta. Na sequência, explanou sobre a composição do Conselho do Instituto, estabelecida no artigo oitavo da primeira Seção do Regimento Interno do IC, o qual prescreve que setenta por cento da composição do Conselho será formada por todos os docentes lotados no Instituto e que os trinta por cento restantes sejam complementados com cinco por cento de representantes do segmento técnico administrativo, cinco por cento de representantes discentes da pós-graduação e vinte por cento de representantes discentes da graduação. O Presidente reportou sobre a necessidade de definir a composição do Conselho com a eleição das representações discente e técnico administrativa, no sentido de cumprir o regimento da unidade acadêmica. Para isso, iniciou discussões sobre proposta de chamada interna de eleição dos respectivos membros, com o objetivo de homologar a formação do Conselho do IC na próxima reunião plenária. Após discussões, o Pleno aprovou em votação, com duas abstenções, a convocação de eleição para complementar o Conselho do Instituto. Continuando, o Presidente apresentou minuta de resolução da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho (PROGEP), que trata da regulamentação de procedimentos de remoção de servidores no âmbito da UFAL, e esclareceu que o objetivo da regulamentação em pauta constitui uma tentativa de padronizar procedimentos, devido a problemas em concursos realizados pela universidade. O Vice-Diretor também esclareceu que em razão de muitos destaques apresentados pelas unidades acadêmicas, decorrentes de aspectos específicos, a Câmara Administrativa resolveu acatar encaminhamentos de sugestões para serem discutidas na sua próxima reunião. O Presidente apresentou o texto da minuta para apreciação do Pleno e abriu discussões. O professor Willy Tiengo destacou alguns pontos que considerou confusos, relacionados às modalidades e ao direito à remoção e alertou que é necessário evitar ingerências da administração central em casos de remoção de ofício, no interesse da administração. O mesmo docente sugeriu que a decisão relacionada à remoção seja submetida à aprovação de órgão colegiado ao invés de ser decisão exclusiva da reitoria. O professor Willy Tiengo enfatizou que cada unidade acadêmica deveria ter autonomia para definir critérios de remoção e afirmou que a proposta atual está ruim por comprometer a autonomia das unidades acadêmicas, considerando que o IC não terá condições de definir especificação de concurso. O professor Davi Brito destacou como ponto principal a subseção III, criticou a não necessidade de adequação ao perfil de formação que

55 atenda à unidade acadêmica que receberá o candidato, considerando que o processo de remoção  
56 precederá o concurso público. O professor Willy Tiengo apresentou crítica ao ato do CONSUNI  
57 legislar procedimento administrativo e sugeriu a retirada de aspectos de procedimentos. O professor  
58 Alan Pedro alertou para a possibilidade de regulamentar o direito que já está estabelecido em lei. O  
59 professor André Lins de Aquino questionou sobre os objetivos das discussões e sugeriu a criação de  
60 uma comissão para se debruçar sobre pontos de interesse do IC, para tentar convergência com os  
61 interesses do Instituto, considerando que a plenária não teria como definir, pontuar e defender, em  
62 pouto tempo, o que é do interesse do IC. O Presidente reiterou que é necessário levar propostas para  
63 a próxima reunião da Câmara Administrativa. Na oportunidade, o professor Rodrigo Paes  
64 manifestou opinião de que o teor da tabela (BAREMA) proposta na minuta não é razoável a todas  
65 as unidades acadêmicas. Ele pontuou questões de interesse global e específico para análise e  
66 argumentou que o referido BAREMA não deveria fazer parte da resolução, mas ser definido pela  
67 própria unidade acadêmica. O professor Alcino Dall' Igna Júnior propôs que o BAREMA seja  
68 utilizado como um padrão genérico. Após discussões, considerando o consenso com relação à  
69 proposta de formação de comissão, o Vice-Diretor solicitou a manifestação de voluntários para  
70 compor uma comissão. O Pleno aprovou em votação, por unanimidade, a comissão formada pela  
71 Direção do IC e pelos professores Willy Carvalho Tiengo e Fábio Paraguaçu Duarte da Costa. Em  
72 seguida, tratando do terceiro ponto da pauta, o Presidente relatou sobre a ideia de tentar padronizar  
73 o protocolo de utilização do espaço físico do IC, em razão de ocorrências de problemas referentes à  
74 má utilização de equipamentos, ao acesso aos computadores e à necessidade de cumprir normas  
75 técnicas aplicadas a laboratórios de eletroeletrônica. O Vice-Diretor sugeriu a imposição de sanções  
76 previstas no regimento da UFAL para tentar solucionar esses problemas. Na oportunidade,  
77 apresentou ao Pleno o professor Rian Gabriel Santos Pinheiro, recém contratado para o Instituto de  
78 Computação. Retornando à abordagem do espaço físico, o professor Rodrigo de Barros Paes  
79 argumentou que os problemas são reais e que é preciso discutir propostas de solução, mantendo o  
80 cuidado de evitar restrições de uso por receio à aplicação de sanções. O mesmo docente sugeriu  
81 aumentar a liberdade no acesso aos equipamentos, maior eficiência na identificação de  
82 irregularidades e aplicação de sanções. Ele criticou aspectos restritivos do texto proposto e  
83 manifestou preocupação com a possibilidade da aplicação de restrições gerar prejuízos a quem age  
84 corretamente. O professor Rodrigo Paes também destacou o problema de limitar o acesso aos  
85 laboratórios ao horário de funcionamento da secretaria do IC e ressaltou que um cenário ideal seria  
86 o controle de acesso de forma a tornar o prédio autônomo, em que o usuário passe a assumir  
87 responsabilidades, sugerindo caminhar para deixar o Instituto aberto. O professor Lucas Benevides  
88 destacou que a política de uso em pauta também se aplica a recursos de TI e ao espaço físico do  
89 Instituto. O Vice-Diretor destacou sobre os objetivos de atender à realidade atual e a proposta de  
90 manter o referido documento aberto à realização de ajustes futuros. O professor Willy Tiengo  
91 questionou sobre a urgência do documento em pauta e salientou que o normativo em questão é mais  
92 para uma questão de segurança e de guia de utilização, tendo em vista que o Instituto tem como  
93 punir o uso irregular de seus recursos. Após discussões, o Pleno acatou em votação, por  
94 unanimidade, a proposta de compartilhamento de edição da minuta da política em pauta, não  
95 havendo nenhum voto favorável à sugestão de deliberar sobre o texto atual. Na sequência, o  
96 Presidente relatou sobre o pedido de licença para capacitação do professor Leandro Dias da Silva e  
97 esclareceu sobre o direito à licença pleiteada. Na oportunidade, o professor Leandro Dias explanou  
98 sobre o seu projeto de capacitação, que está vinculado à sua participação em grupo de pesquisa e  
99 servirá de preparação para um futuro pós-doutorado. O mesmo docente anunciou os nomes dos  
100 professores Fábio Paraguaçu Duarte da Costa e Roberta Vilhena Vieira Lopes, os quais  
101 confirmaram concordância em dar continuidade às atividades letivas do pleiteante durante a sua  
102 ausência. Em seguida, o Pleno referendou em votação, por unanimidade, a liberação da licença para  
103 capacitação do professor Leandro Dias da Silva, por um período máximo de três meses, de acordo  
104 com a legislação pertinente. Continuando, o Presidente solicitou o pronunciamento sobre o relatório  
105 da comissão de pós-graduação do IC. O professor Heitor Soares reportou que a comissão está  
106 trabalhando no fechamento do relatório, o qual será apresentado na próxima reunião plenária. Nesse  
107 sentido, o mesmo docente informou que os programas de pós-graduação do IC elaborarão um  
108 documento e apresentarão ao Pleno do Instituto. Em seguida, o Presidente reiterou sobre a

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*

109 necessidade de eleger a representação discente e técnico-administrativa do Pleno do Instituto e  
110 informou que o resultado da eleição dos membros discentes e técnicos será apresentado para ser  
111 referendado na próxima reunião plenária. Continuando, o Presidente noticiou que a PROGEP  
112 ofereceu uma vaga de técnico administrativo para substituição do servidor José Vitor de Menezes  
113 Torres, da secretaria do PPGMCC, e destacou que a falta de técnico de laboratório foi um dos  
114 aspectos de redução da pontuação na avaliação de credenciamento do curso de Engenharia de  
115 Computação. O mesmo docente reportou que a PROGEP informou que a vaga de técnico  
116 administrativo pode ser convertida em qualquer perfil dentro do mesmo nível e ressaltou que eram  
117 necessárias duas vagas de técnico de laboratório para suprir as necessidades do referido curso. O  
118 professor André Aquino questionou a possibilidade de não reposição de pessoal da secretaria do  
119 PPGMCC e manifestou preocupação com supostos atos direcionados à degradação do programa de  
120 pós-graduação em Modelagem Computacional de Conhecimento. O professor Thiago Cordeiro  
121 afirmou que o curso de Engenharia de Computação precisa de técnico de laboratório e questionou  
122 por que não concursar a referida vaga, considerando que a ausência de técnico de laboratório foi  
123 questionada pelos avaliadores do MEC. O mesmo docente ressaltou que seria imprudente deixar o  
124 PPGMCC sem secretário e sugeriu o remanejamento dos técnicos disponíveis no Instituto.  
125 Seguiram-se as discussões relacionadas à secretaria do PPGMCC. O professor Heitor Soares cobrou  
126 um direcionamento no sentido de solucionar a falta de secretário do PPGMCC. O professor Ig Ibert  
127 afirmou que era necessário deliberar imediatamente sobre a substituição do técnico da referida  
128 secretaria para possibilitar uma capacitação em tempo hábil e sugeriu dar continuidade à tentativa  
129 de obter vaga de técnico de laboratório. O professor Márcio Ribeiro afirmou que o IC investiu  
130 muito no curso de Engenharia de Computação e precisava ter mais cuidado no tratamento das  
131 necessidades da pós-graduação do Instituto. O professor Ig Ibert propôs o registro em ata da  
132 deliberação de encaminhamento desse assunto. Foram discutidos os problemas estruturais das  
133 secretarias do Instituto e a possibilidade de reestruturação com o pessoal disponível, além dos  
134 empecilhos à possibilidade de transferir as secretarias da pós-graduação para o prédio do IC, dentre  
135 os quais o controle de acesso aos recursos localizados no bloco doze. Após discussões, o Presidente  
136 propôs a realização de treinamento para remanejar pessoal dos quadros atuais do IC para a  
137 secretaria do PPGMCC. Na sequência, o coordenador de Engenharia de Computação informou  
138 sobre problemas relacionados a oferta de disciplinas do curso que demandam docentes externos,  
139 como Desenho e Fenômenos de Transporte. Em seguida, o Vice-Diretor apresentou alguns informes  
140 relacionados à disponibilidade do Núcleo de Apoio Psicológico da Pró-Reitoria Estudantil e  
141 solicitou a divulgação da existência do serviço de atendimento psicológico aos estudantes da  
142 universidade. O professor Ig Ibert destacou a seriedade desse assunto e reportou sobre a falta de  
143 ação da universidade em caso de problema ocorrido com ex-estudante do PPGI, o qual havia sido  
144 reportado por e-mail à Direção do IC, à coordenação do PPGI e à PROGEP. O professor Thiago  
145 Cordeiro também alertou para a seriedade do problema e relatou que existem muitos alunos  
146 enfrentando problemas psicológicos. E, não havendo mais nada a ser tratado, o Senhor Presidente  
147 encerrou a reunião da qual eu, Marcelo de Gusmão, secretário, lavrei a presente ata que passo a  
148 assinar com o Senhor Presidente.

149  
150  
151  
152

  
Marcelo de Gusmão

  
Davi Bibiano Brito